A cooptação de agentes do sistema penitenciário como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas no estado do Pará

Prison staff cooptation as means of integrating the prisons into the external territorial networks of drug trafficking in state of Pará

La cooptación de agentes del sistema carcelario como forma de integración de las prisiones a las redes territoriales externas del tráfico de drogas en el estado do Pará

Roberto Magno Reis Netto
Universidade Federal do Pará
bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade do Estado do Pará
Universidade Federal do Pará
claychagas@uepa.br

Leidiane Souza Almeida
Universidade Federal do Pará
leidiane24@gmail.com

Resumo

Este estudo buscou compreender a percepção de agentes da segurança pública do Estado do Pará a respeito do *estabelecimento e manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário* como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. Utilizou-se o método hermenêutico e dialético, sob uma abordagem qualitativa, com o emprego de técnicas de coleta de dados por entrevistas, seguida de uma análise de conteúdo das falas. Como resultados, identificou-se que os agentes do sistema penitenciário, por sua ampla circulação dentro e fora das cadeias, representam um trunfo para o tráfico. Revelaram-se, ainda, as formas de sua cooptação e atuação, bem como problemas relativos ao processo seletivo empregado para sua contratação.

Palavras-chave: Sistema penitenciário do Pará; Cooptação de agentes prisionais; Redes do tráfico de drogas.

Abstract

This study sought to understand the perception of the agents of public security in the State of Pará regarding the establishment and maintenance of the relationships and cooptation of agents of the penitentiary system as a way of integrating the prisons to external territorial networks of drug trafficking. The hermeneutic and dialectical method was used, under a qualitative approach, with the use of interview data collection techniques, followed by a content analysis of the speeches. As a result, it was identified that the agents of the penitentiary system, by their wide circulation inside and outside the prisons, represent an asset for the trafficking. The forms of their cooptation and action were also exposed, as well as problems related to the selection process used for their hiring.

Keywords: Pará Prison System; Prison staff cooptation; Drug trafficking networks.

Resumen

Este estudio pretende comprender la percepción de agentes de la seguridad pública del Estado de Pará respecto del establecimiento y manutención de relaciones y cooptación de agentes del sistema carcelario como forma de integración de las prisiones a las redes territoriales externas del tráfico de drogas. Se utilizó el método hermenéutico y dialéctico, bajo un abordaje cualitativo, con el empleo de técnicas de recopilación de datos por medio de entrevistas, a la que se le siguió un análisis de contenido de las hablas. Como resultados, se identificó que los agentes del sistema carcelario, por su amplia circulación dentro y fuera de las prisiones, representan una ventaja para el tráfico. Se revelaron, además, las formas de su cooptación y actuación, así como problemas relacionados con el proceso selectivo empleado para su contratación.

Palabras-clave: Sistema carcelario de Pará; cooptación de agentes del sistema carcelario; Redes de tráfico de drogas.

Introdução

Às vésperas do aniversário de 40 anos do surgimento das primeiras *facções criminosas* no Brasil, é possível evidenciar problemas decorrentes da atuação destas organizações, tanto no âmbito do cárcere (pelo estabelecimento de um mercado interno de drogas e construção de estruturas complexas de poder) quanto no âmbito externo (decorrentes de associações a diversos agentes territoriais e do enfrentamento ao Poder Público) (REIS NETTO; CHAGAS, 2018).

A literatura aponta, nesse sentido, que a prática de contenção territorial do crime pelo aprisionamento em massa não tem demonstrado sucesso quanto à ruptura das redes territoriais da principal atividade desempenhada pelas facções: o tráfico de drogas (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014).

Conforme apontado por Reis Netto e Chagas (2018, p. 117), a integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico decorre da adoção, simultânea e intercruzada, de um conjunto de seis estratégias:

O estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, o estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, o

estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes públicos ou privados externos, o estabelecimento de redes comerciais internas de entorpecentes, e, por fim, o enfrentamento direto de agentes e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

A adoção destas estratégias, por sua vez, permite a prática de medidas de resistência pelos agentes do tráfico, gerando um desequilíbrio nas relações de poder entre estes e os órgãos de segurança incumbidos de seu enfrentamento, permitindo que, mesmo de dentro das prisões, o comércio de entorpecentes seja controlado por agentes territoriais privados de liberdade.

Por sua vez, ainda conforme a literatura (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017), constata-se que a participação concorrente de *agentes públicos do sistema penitenciário* nas relações de poder travadas pelo tráfico de drogas, certamente, ganha especial destaque para o sucesso das atividades criminosas.

Diante dessa constatação, este estudo objetivou a realização de uma aproximação empírica, voltada à verificação das menções literárias sobre a estratégia acima diante da escala espaço-temporal do estado do Pará na atualidade. Questionou-se: qual seria a percepção de agentes da segurança pública do estado do Pará a respeito do *estabelecimento e manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário* como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico?

Em suma, realizou-se uma triangulação entre os dados apontados pela literatura e as informações obtidas diante daquele conjunto de entrevistados (MINAYO, 2002) escolhidos, justamente em razão de sua proximidade do fenômeno. Nas seções seguintes foram explanados os postulados teóricos e metodológicos desenvolvidos no estudo.

As redes do tráfico e sua relação com o sistema penitenciário

Nos últimos anos, a ciência tem questionado a postura jurídico-repressiva adotada em relação ao comércio de entorpecentes (CARVALHO, 2016), sobretudo, em razão dos interesses contraditórios que a fundamentaram no âmbito internacional – em que se instituiu um monopólio do manejo de princípios ativos pela indústria farmacêutica - e nacional – na qual o combate às drogas assumiu aspectos de uma *guerra à pobreza*, ocasionando uma segregação de contingentes populacionais excluídos do mercado formal e da economia de consumo (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014).

Conforme apontado por D'élia Filho (2014), a proibição legal consubstanciada nos artigos 33, 34, 35 e 37 da Lei N. 11.343/06 (lei antidrogas) apenas materializou uma *proibição de mercado*, que, genericamente, tenta atingir uma cadeia produtiva semelhante a de um empreendimento comercial. A superação da visão jurídico-legal do conceito de tráfico, portanto, permite concebê-lo tanto como uma *atividade comercial* quanto como um *conjunto de agentes territoriais* voltados àquela. Caracteriza-se, portanto, como um

fenômeno análogo a uma *empresa* (CHAGAS, 2014), que se expande em busca do controle de territórios comerciais e do lucro propiciado pelos entorpecentes.

Enquanto conjunto de agentes territoriais, por sua vez, o tráfico de drogas atuaria em busca da consolidação de *planos sintagmáticos de poder*, empregando energia e informação de maneira racional (estratégia), com o objetivo de atingir níveis de hegemonia territorial (RAFFESTIN, 1993), sob a lógica de oferta, demanda e lucro (RODRIGUES, 2004). Assim, o tráfico se estratifica em territórios que, no dizer de Raffestin (1993), superam a lógica tradicional e se constituem não só como *territórios-zona*, mas, também, como *territórios-rede* (pontos interligados por *nós* no espaço) e *territórios-simbólicos* (áreas do crime, quebradas, circunscritas por relações de poder que não pressupõe presença física).

Dessa forma, à imagem e semelhança dos empreendimentos globais deste século, o tráfico se apresenta, de um lado, como um oligopólio pouco visível, que coordena a atividade numa escala internacional (onde concentra a maior parte do lucro do mercado), e, de outro, numa massa de revendedores que constituem a sua parcela mais visível, e que por isso, acabam constituindo a população atingida pelas repressão seletiva da *Guerra às Drogas* (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014), passando a sofrer um processo de desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014) ao cárcere, que contribui historicamente com a superlotação das prisões brasileiras (DIAS, 2013).

E, foi neste contexto de superencarceramento das populações pobres e vinculadas à criminalidade visível, dissociado da tomada de medidas (re)socializadoras, que se permitiu a construção de redes de criminalidade e relações entre agentes territoriais aprisionados, num processo que, no final da década de 1970 (no Rio de Janeiro, e, na década seguinte em São Paulo), ocasionou o surgimento das *facções criminosas*, cuja principal atividade é o comércio de entorpecentes (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015).

Uma vez consolidadas, estas facções se expandiram *além das grades* das prisões, justamente, em razão da eficiência das estratégias manejadas por seus agentes territoriais, bem como em decorrência da falência das políticas de gestão penitenciária e de enfrentamento do tráfico (DIAS, 2013). Ao passo, é possível indicar seis estratégias de integração entre as redes do tráfico e o cárcere. São elas

Quadro 01 - estratégias de integração entre as redes do tráfico e as prisões

Estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere
Estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário
Utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere
Estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes públicos ou privados externos, o estabelecimento de redes comerciais internas de entorpecentes
Enfrentamento direto de agentes e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Fonte: Reis Netto e Chagas (2018, p. 117)

Neste estudo, conferiu-se especial atenção à estratégia de estabelecimento e manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário. O ponto chave desta estratégia residiria nas potencialidades decorrentes do *hibridismo* inerente à função dos agentes do sistema penitenciário, que lhes permitiria uma presença e circulação, tanto

no ambiente das cadeias quanto no mundo livre, sob uma fiscalização menor do que a exigida em relação a outros agentes circulantes nas prisões, compondo, assim, *a rede lícita contextualmente mais próxima dos traficantes*.

E, embora estes agentes públicos constituam a linha humana de resguardo da ordem prisional, são inúmeros os apontamentos literários relativos a sua cooptação pelo tráfico de drogas: Dias (2013) e Dias e Sala (2013) informam da cooptação destes agentes garantiria, a obtenção de facilidades quanto a fugas e rebeliões, favorecimentos pessoais (priorização de saídas e atendimentos, transferências, destinação de melhores celas, remédios, alimentos, etc.), a inserção ilegal de bens proibidos no cárcere (eletrodomésticos, eletrônicos, celulares, armas, drogas, etc.), além de ocasionar uma convivência quanto à realização de práticas ilícitas e uso da violência, referida por Teixeira (2015), tendo como contrapartida a concessão de contraprestações em dinheiro ou produtos.

Autores como Abreu (2017) e Varela (2012, 2015, 2017) apontam, ainda, que, além da corrupção, a atuação omissiva destes agentes estaria ligada à *impossibilidade de fiscalização, de obtenção de provas* ou de *combate às ações dos criminosos*, justamente em decorrência de diversas limitações estruturais e humanas dos órgãos e instalações do sistema penitenciário, bem como em função da capacidade das organizações criminosas em impor a paz nas cadeias - fato bastante interessante a grupos políticos oportunistas. Ademais, de maneira residual, apontou-se como outra causa da cooptação, a adesão dos agentes públicos à *ideologia* dos traficantes (SAVIANO, 2014).

O fato é que, mediante contraprestações ou não, a rede territorial passível de ser constituída a partir da cooptação daqueles agentes públicos, decerto, é a que oferece uma das mais eficientes formas de eliminação de barreiras territoriais aos encarcerados, permitindo, assim, sua integração ao mundo exterior. E, em decorrência desta constatação, optou-se pela presente análise qualitativa em torno das percepções de agentes territoriais vinculados à segurança pública do estado do Pará como forma de verificação concreta das proposições teóricas apresentadas, para confirmar (ou não) sua verossimilhança e acrescentar especificidades relativas ao recorte espaço-tempo eleito. Para tanto, mostrou-se necessária a adoção de um conjunto de técnicas metodológicas específicas e cuidados éticos, delineados na seção seguinte.

Método e técnicas de pesquisa

Primeiramente, deve-se salientar que o estudo consubstanciou um recorte de dados empíricos relativos a uma das estratégias adotadas pelo tráfico de drogas para integração das cadeias às redes territoriais externas, indicadas por Reis Netto e Chagas (2018) em seus estudos.

Adotou-se, como base do estudo, o método hermenêutico e dialético (STEIN, 1983; HABERMAS, 1987; MINAYO, 2002), consistente num conjunto teórico que toma a *linguagem* como base do conhecimento científico, sem olvidar, no entanto, que esta é influenciável pelo contexto social, econômico, político e histórico em que se inserem seus

emissores, dando origem a uma *linguagem sistemicamente perturbada* (HABERMAS, 1987) que deve ser analisada, assim, como algo potencialmente *alienável*.

Por sua vez, para desvelar as influências decorrentes das relações de poder, o método propugna: a) a consideração dos aspectos históricos dos emissores das informações; b) o respeito à linguagem de cada emissor, por mais simples que esta seja; e c) a busca pelo real sentido da informação emitida. E, após esses cuidados, propugna ainda pela realização de triangulações internas (entre os emissores) e externas, tanto junto a teoria fundante do estudo quanto em face da literatura produzida sobre o tema.

Como dito, o estudo tomou como base as inferências literárias realizadas por Reis Netto e Chagas (2018), a respeito das estratégias e mediatos utilizados para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas, firmando uma comparação entre elas e a percepção de agentes territoriais da segurança pública do estado do Pará, na atualidade, que demonstraram conhecimento sobre o problema.

Por conseguinte, adotou-se uma abordagem qualitativa (focada no conteúdo do discurso dos entrevistados) que, no entanto, também fez uma breve exposição numérica do processo de triangulação entre dados empíricos e literários, que, aliás, serviu como guia da exposição dos resultados.

Como técnica de pesquisa, utilizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas, que, no dizer de Olsen (2015), importa na interação entre o pesquisador e sujeitos detentores de informações, para apreensão de suas percepções e saberes. Elaborou-se um *protocolo de entrevista* (YIN, 2016), com trinta e duas questões semiestruturadas norteadas pela teoria e hipóteses preliminares (FLICK, 2009), confeccionadas a partir das constatações do estudo de Reis Netto e Chagas (2018).

Como mencionado, a presente análise recaiu somente sobre a estratégia de *estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere*.

Assim, para análise dos resultados, adotou-se a técnica de *análise de conteúdo* (BARDIN, 2011), categorizando-se as falas conforme *unidades de conteúdo*. Ou seja, as falas foram fragmentadas e classificadas em diversos *enunciados linguísticos* (BRANDÃO, 2012) que continham informações importantes à compreensão do fenômeno em análise, as quais, por sua vez, foram classificadas e organizadas de acordo com os dados literários previamente produzidos sobre o tema.

A escolha dos entrevistados, por conseguinte, deu-se em razão de indicações decorrentes da literatura. Foram selecionados os agentes territoriais indicados como atuantes em órgãos e atividades da segurança que, por sua natureza, teriam contato constante com os agentes territoriais do tráfico no cárcere e suas respectivas estratégias, configurando-se, assim, como detentores de conhecimentos interessantes ao estudo.

Ainda, conforme recomendado por Yin (2016), houve uma aproximação inicial com o campo de pesquisa (facilitada pela condição de docentes da área de inteligência e segurança pública, ostentada pelos pesquisadores), para verificação do acesso, obstruções

a serem removidas, e, finalmente, se os entrevistados, de fato, seriam detentores das informações buscadas, após o que restaram definidos os sujeitos da entrevista:

a) Na Polícia Civil do estado do Pará: o diretor do Núcleo de Inteligência Policial e o diretor da Delegacia de Narcóticos, ambos delegados no exercício da função no momento da entrevista;

b) Na Polícia Militar do estado do Pará: o comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária, oficial em exercício da função, no momento da entrevista;

c) Na Superintendência do Sistema Penitenciário do estado do Pará: o diretor da Assessoria de Segurança Institucional, oficial da polícia militar no exercício da função, no momento da entrevista;

d) No Ministério Público do estado do Pará: o diretor do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado, promotor de justiça no exercício da função, no momento da entrevista;

e) Na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará: o vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, advogado eleito para a função, em exercício, no momento da entrevista.

f) Na Polícia Federal: o superintendente da Polícia Federal no Pará, delegado federal no exercício da função, no momento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas entre o fim do mês de abril/2017 e o início do mês de janeiro/2018 (em razão de afastamentos e questões emergenciais ocorridas em algumas instituições), na sede dos órgãos ou em locais indicados pelos entrevistados, em salas reservadas e em horários previamente agendados, justamente, para manutenção de uma situação de tranquilidade e controle de interferências, gerando, assim, um clima amistoso que permitiu manifestações comprometidas com a proposta.

Como protocolo ético:

a) foram selecionados somente sujeitos que exerciam funções diretivas, ou seja, representantes legais autorizados a falar em nome dos órgãos e entidades e destinatários finais das informações (CARVALHO FILHO, 2013), dispensando-se, na maioria dos casos, a necessidade de autorizações orgânicas (providenciadas quando solicitado);

b) As entrevistas foram precedidas da leitura, explicação e subscrição de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, expositivo da pesquisa, objetivos, vinculação institucional, interesses, riscos e desconfortos, bem como da total garantia do sigilo das identidades.

Como a identificação dos entrevistados, ainda assim não seria dificultosa, garantiu-se que os resultados não fariam menção às instituições, nem tampouco apresentariam unanimidades em relação às opiniões, sempre se utilizando de expressões como *visão majoritária* ou *minoritária*, por exemplo, como forma de respeito ao sigilo.

Além disso, não foi transcrita a totalidade de cada enunciado inferido das entrevistas, senão, somente trechos representativos das ideias - redução eidética (MINAYO, 2005), como cuidado adicional tendente à não identificação da origem de cada fala. Ao passo, os entrevistados foram genericamente identificados pelas siglas E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7.

Ademais, as respostas foram transcritas, fragmentadas em enunciados específicos e sujeitas a um procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), sendo assim organizadas em uma tabela de dupla entrada e submetidas a um primeiro processo de categorização. Em seguida, como propugnado pelo método, cada enunciado foi sujeito a uma triangulação (MINAYO, 2005) com a literatura previamente consultada (REIS NETTO; CHAGAS, 2018) e a com a teoria territorial base do estudo (RAFFESTIN, 1993) para confirmação de sua classificação e análise comparativa da fala em relação às informações literárias já existentes.

Após a atividade de triangulação, a exposição dos resultados tomou por conta:

- a) os dados em conformidade com a literatura existente sobre o tema;
- b) os dados em discordância com as informações literárias pretéritas;
- c) e, por fim, os dados sem referência literária anterior.

Resultados e discussões

Após a atividade de análise de conteúdo das falas dos entrevistados foram classificados quarenta enunciados transcritos, relativos às manifestações sobre a estratégia em discussão. Daquele total, 27 se referiam a questões tratadas pela literatura (67,50%) e 13 (32,50%) apontavam questões sem referência literária anterior.

Figura 01: Síntese quantitativa dos enunciados decorrentes das entrevistas realizadas na pesquisa, entre abril/2017 e janeiro/2018, de acordo com previsão anterior e concordância com a literatura consultada.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o Figura 01, dos trechos que encontravam previsão na teoria, 26 apresentaram concordância com as afirmações dos autores estudados (65,00%), ao passo que um trecho (2,50%) apresentou informação que, a despeito de encontrar referência na literatura, mostrou-se divergente de seus postulados. Esta classificação foi levada em conta para exposição qualitativa dos resultados das entrevistas, que, por sua vez, podem ser sintetizadas de acordo com o mapa conceitual a seguir.

Figura 02: Mapa conceitual, oriundo da análise qualitativa das entrevistas realizadas entre abril/2017 e janeiro/2018, quanto à estratégia de cooptação de agentes do sistema penitenciário como forma de integração das cadeias às redes territoriais externas do tráfico de drogas.

Fonte: dados da pesquisa

Dados em conformidade com a literatura

Primeiramente, foi *majoritária* a opinião de que os agentes do sistema penitenciário constituiriam um dos principais grupos *envolvidos* com as redes do tráfico

de drogas *intracárcere*, potencializando sua *vinculação* ao mundo externo. Confirmaram-se, assim, os apontamentos literários anteriores sobre a referida estratégia (mencionados ao longo do referencial teórico), embora, as formas de atuação tenham apresentado uma divergência em relação à teoria, tratada no tópico seguinte.

Também foram confirmadas as anteriores menções literárias de que a cooptação destes agentes seria de fundamental importância às organizações do tráfico, justamente, por sua maior *facilidade de circulação* no cárcere e pelas prerrogativas inerentes aos cargos (sendo citado, como exemplo, um *menor rigor nas revistas, maior possibilidade de circulação em zonas de segurança e o contato permanente entre os servidores e as lideranças encarceradas*). Assim, ficou claro que os agentes do sistema penitenciário representam verdadeiros *trunfos de poder* (RAFFESTIN, 1993) na realização dos planos sintagmáticos dos agentes territoriais do tráfico.

Nesse sentido, afirmou-se que: “existe o uso do agente penitenciário, que seria o mais tranquilo porque ninguém revista [...], ele tem esse acesso maior ao cárcere” (E4), bem como que “agente penitenciário [...] é que tem contato direto com o traficante” [...] “muitos já foram presos, muitos já foram exonerados” (E3).

Em comunhão com o entendimento teórico preponderante (AMORIM, 2011; 2015; REIS NETTO, 2018), por sua vez, os entrevistados afirmaram *majoritariamente* que *contraprestações de natureza pecuniária* figurariam como os principais veículos de cooptação daqueles agentes públicos: “o fator que alimenta isso aí é o dinheiro, [...] eles entram num esquema lucrativo de passar esses objetos ilícitos para dentro do cárcere e ajudar” (E1); há “muita gente envolvida porque é muito dinheiro. Tráfico movimenta muito dinheiro, não é pouco dinheiro e é um dinheiro relativamente fácil” (E3); o envolvimento é “[...] financeiro. Agentes públicos, prisionais, sem estabilidade, normalmente sem concursos, [...] com salários baixos, com muito risco. Então há a relação entre o agente e o chefe da quadrilha” (E5).

Ainda, afirmou-se que “[...] a cada investigação aberta [...] chega-se a fazer o distrato sem que necessariamente se chegue com a investigação ao fim, ou seja, a forma como o sistema está operando, acaba por privilegiar ou favorecer esse tipo de situação” (E7), apontando a inércia punitiva estatal como um estímulo à corrupção pelo dinheiro.

A baixa remuneração dos servidores, aliás, foi destacada como fator influente no processo de cooptação pelo tráfico, durante as entrevistas: “se a pessoa não tiver uma [...] honestidade, vai cair nessa com facilidade, porque pra tu passar um celular desse lá é 300% mais caro [...]. Um celular desse aí é mil, lá tá passando por quatro mil, cinco mil” (E2); “Todos aqueles que eles podem de alguma forma corromper, eles fazem” (E5).

Inclusive, informou-se que seria perceptível a mudança no *estilo de vida e patrimônio* de alguns agentes penitenciários após seu ingresso no sistema: “[...] uma coisa que você vai ver muito aqui no Pará é agente penitenciário chegar [...] sem nada e, em um ano e meio, o camarada tá vindo de pick-up diesel, tá vindo de moto mil cilindradas” (E3). Outro exemplo consistiu no relato de uma *fuga frustrada* em que houve a apreensão do celular de um fugitivo, no qual restaram identificadas conversas entre este e *agentes*

prisionais. Os servidores, nos diálogos, teriam repassado informações privilegiadas para a fuga, sob a promessa de pagamento da importância de *cento e cinquenta mil reais*, por apenas *um interno* que seria libertado.

[...] há dois anos atrás teve uma fuga aqui, [...] um desses presos morreu, levou um tiro na cabeça e morreu. Então, o agente penitenciário viu esse preso morto e tirou o celular do bolso dele. Quando foi ler as conversas no (aplicativo de mensagens), ele tava conversando com os agentes de serviço aqui, conversando com a galera que ia fugir, por onde era pra fugir e também sobre o preço das fugas. Só um preso, só um deles, pra fugir, [...] deixou cento e cinquenta mil reais. Um preso só (E3).

Outro exemplo citado, inclusive, veiculado na imprensa (DOL, 2017), foi o de duas mulheres (visitantes) que foram presas durante tentativa de ingresso no CRPP II (Centro de Recuperação Penitenciária do Pará II) portando armas de fogo, munições e celulares, em suas bolsas. Conforme apontado, elas teriam *errado o dia de serviço de um agente previamente cooptado* que as deixaria passar pela revista:

[...] Ela pagou pra um agente penitenciário pra passar com duas pistolas. Ela passou aqui pela primeira barreira [...]. Tava pago. A agente penitenciária pegou e passou direto tudo. Só que o agente penitenciário lá de dentro da cadeia, que também tinha pego dinheiro e ia deixar passar a pistola não veio. Trocaram ele. Chegando lá, tinha outro agente, só que não tinha pego dinheiro. Falou: ‘Abre tua sacola aí’. Quando abriu, tinha duas pistolas (E3).

Informou-se, também, que os agentes penitenciários realizariam outras atividades como o *repasso de informações* das redes externas aos internos (e vice versa), bem como a *inserção de objetos não permitidos (celulares, armas, drogas, etc.) nos estabelecimentos prisionais*, concordando com menções literárias prévias, mencionadas por Dias (2013) e Barcellos (2015), bem como, encontradas ao longo dos relatos de Varela (2012, 2015, 2017).

Nesse sentido, afirmou-se que: “Se hoje [...] tem quase todas as cadeias com detectores de metal, com pórticos na entrada, com procedimento de revista [...]; como é que consegue entrar arma, droga, pistola, que são armas grandes? Com certeza, é um favorecimento” (E1); bem como que “[...]o agente penitenciário fala pro preso: ‘Olha, tem uma movimentação estranha aí. Por quê? Eles escalaram trinta policiais pra sexta-feira’. Aí o preso: ‘Opa! É, mano, então esconde logo tudo, esconde a droga’ [...]” (E3).

Os entrevistados, por sua vez, rechaçaram a possibilidade (também apontada de forma somente residual na literatura) de cooptação dos agentes penitenciários por meio da *comunhão ideológica* com os agentes do tráfico (SAVIANO, 2014). *Majoritariamente*, destacou-se que o *lucro* seria o principal vetor de vinculação entre os antagônicos agentes territoriais em estudo: “Concordância ideológica eu já não acredito muito, ainda não tive

a oportunidade de ver [...]” (E6); “Não é nem concordância ideológica, é lucro mesmo, é dinheiro!” (E7).

De outro lado, destacou-se que, paralelamente a contraprestações pecuniárias, a *convivência com condutas ilícitas* seria um fator que permearia a relação entre agentes do sistema penitenciário e agentes territoriais do tráfico, justamente pela impossibilidade material e humana de combate às ações destes últimos. Nesse sentido, pontuou-se que:

Hoje, o grande problema dentro das cadeias é você controlar a massa carcerária [...]. Então qual era o correto? Você pegar os líderes das facções, trancar em celas? [...] Mas quando você vê que tem uma cadeia antiga, com 1300, 1400 presos, é mais fácil você falar: ‘Puxa um líder de uma facção criminosa e desce pra esse presídio porque ele vai controlar’. Em troca deixa ele livre, tira da segurança máxima [...]. Ou, então, se esse preso é da facção, em vez de ficar trancado, coloca ele como [...] faxineiro, porque o faxineiro é a pessoa que transita entre todas as celas (E1).

Se eu deixo ele lá como faxineiro comandando aquele presídio, meu número de rebeliões diminui e eu consigo controlar melhor aquela massa carcerária, aparentemente, pelo menos (E1).

Asseverou-se a insuficiência de agentes penitenciários diante do quantitativo de presos existentes no sistema, o que, inclusive, teria motivado a propositura de ação civil pública pelo Ministério Público (ESTADO DO PARÁ, 2013), no ano de 2011, sob o argumento de que as 1.566 vagas existentes à época seriam insuficientes para controle dos mais de 6.700 presos existentes no sistema. Este importe, atualmente, ultrapassaria 14.600 internos (SUSIPE, 2017), fator que *incentivaria* os agentes públicos à tomada de uma *postura de inércia*, justamente, por sua incapacidade real de combater os criminosos.

Assim, sob maioria numérica, os internos determinariam a dinâmica das cadeias, estabelecendo a divisão de funções entre os presos, autorizando *quem* participaria (ou não) de atividades disponibilizadas pelo sistema, conforme apontado por trabalhos como o de Dias (2013), Capitani (2012) e Teixeira (2015), e, especialmente, *garantindo o controle e estabilidade das unidades prisionais*, o que, por ser conveniente à função dos agentes públicos, acabaria por ser *aceito* pelos servidores e pelo Estado.

Consolida-se, assim, uma verdadeira territorialidade do crime intracárcere.

Dados discordantes da literatura

Por conseguinte, identificou-se na fala de entrevistados que, além da função de *comunicação a respeito de revistas e intervenções* apontada na literatura, alguns agentes do sistema penitenciário iriam *além daquelas funções de informe*, inclusive, promovendo o *recolhimento de drogas e armas* pertencentes às facções, transportando-as para locais onde ficariam em segurança:

Muitas das vezes [...] a própria informação atrapalha a gente. Quando um agente penitenciário sabe que vai ter revista, ele [...] recolhe as armas todinhas aí. Quando chega aí o choque pra fazer revista, o policial não revista cela: quem revista é o próprio agente penitenciário, que já recolheu todas as armas. Chega aí, ele não vai achar, [...] tranquilo. Acabou a revista, ele vai lá e devolve as armas do cara, entendeu? Se eles souberem que vai ter uma revista, a gente não vai pegar nada (E3).

Em razão desses fatos, alguns entrevistados afirmaram, até mesmo, que policiais e membros do sistema evitariam a divulgação de planos de intervenção nas cadeias ou escalas de serviço designadas para atuações, justamente, em razão dos apontados vazamentos. A informação, neste caso, é fundamental ao poder estatal sobre o território da prisão (RAFFESTIN, 1993).

Dados não previstos na literatura

Por fim, de maneira não explorada pela literatura consultada, tem-se que os entrevistados destacaram *duas situações* influentes na *cooptação* de agentes do sistema penitenciário pelas organizações criminosas, no estado do Pará.

Primeiramente, a fala *majoritária* dos entrevistados destacou que *fragilidades relativas ao processo de contratação destes servidores, no estado do Pará*, seriam influentes para seu envolvimento com as facções. No Pará, até pouco tempo, a contratação temporária e *excepcional* (por contrato de até um ano, prorrogável por igual período e renovável somente após seis meses de distrato, nos termos do artigo 37, da Constituição), acabava por se constituir como *regra*.

E, segundo os entrevistados, esse processo não tomaria maiores critérios técnicos e objetivos de seleção (isso, se precedidos por alguma cautela) permitindo que os agentes penitenciários fossem admitidos sob razões questionáveis (*indicação política*, por exemplo) e sem garantias de estabilidade. Além disso, os mesmos seriam colocados na função sem capacitação adequada, em situação de risco e contato direto com as facções, tornando sua cooptação bastante fácil:

[...] a forma como o sistema vinha trabalhando era a forma de agentes temporários. Então ele tinha um contrato pré-determinado de dois anos. Quando chegava seis meses pra acabar, o agente sabia que ele não ia continuar no sistema, ele sabia que ia ficar desempregado [...]. Então, o que ele fazia? Ele tentava se garantir, um pé-de-meia, vamos dizer assim. E aí começava a se submeter a passar celular, passar entorpecente, passar outros objetos ilícitos em troca de valores financeiros (E4).
Só que agente penitenciário, como te falei, [...] que tem contato direto com o traficante. E daqui há dois anos ele é um desempregado. Então quando tu oferece muito dinheiro fácil, corrompe um cara desses (E3).

[...] eu acho que não tem cem concursados. O resto tudo é contratado, né? Tudo bem, faz o filtro, currículo e tal. Mas assim, aquele pessoal que é contratado por três anos, não sabe se vai, não sabe se fica, então o que ele puder ganhar lá dentro, ele ganha. Com os temporários não, até porque muitos eram indicação política, então não pode mexer com fulano porque o padrinho dele é deputado ciclano, é o político beltrano, ou seja, tinha esse vínculo (E4).

Contextualmente, a ausência de perspectivas de crescimento profissional (haja vista a duração efêmera do vínculo e a inexistência de garantias de continuidade), igualmente foi apontada como *questão que influenciaria a corrupção*, uma vez que, cientes da precariedade jurídica da contratação, os servidores ficariam mais suscetíveis à aceitação de propostas de *pecuniárias altas* (principalmente, se comparadas a sua remuneração) como forma de garantir sua *sobrevivência futura*.

De igual maneira, a contratação temporária dispensaria a necessidade de instauração de processos administrativos disciplinares prévios para fins de *distrato* (CARVALHO FILHO, 2013), de modo que, diante de quaisquer problemas, os *temporários* seriam simplesmente eliminados dos quadros do sistema sem maiores apurações a respeito dos ilícitos cometidos. Esta situação, na visão de alguns entrevistados, faria com que *provas* se perdessem (considerando a demora da *máquina estatal* na apuração de irregularidades), prejudicando o conhecimento dos órgãos de segurança sobre a ação de criminosos, numa lógica interessante às organizações criminosas.

Ainda, apontou-se que a realização de concurso público para provimento de cargos no sistema penitenciário seria uma potencial solução ao problema. Nesse sentido, constatou-se que a Superintendência do Sistema Penitenciário, após um único concurso realizado em 2008, seguido de processos seletivos simplificados em 2016 e 2017, finalmente, divulgou edital referente a novo certame, no final do ano de 2017, o que só se deu após determinação judicial proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público, em 2011 (ESTADO DO PARÁ, 2013). Ainda assim, *alguns entrevistados* apontaram que só o concurso, em si, não seria suficiente, se desacompanhado de medidas de valorização salarial e profissional.

Em segundo lugar, foi apontado que o *fator medo* se afiguraria como importante variável relativa ao sucesso da cooptação de agentes. Veja-se as falas mais expressivas:

[...] ele sabe que ele vai entrar e, em dois anos, ele vai embora. E os temporários [...] não andam armados. Então, você entra num presídio e começa a receber ameaça, você fica receoso. A pessoa pede pra entrar uma arma, te pede pra entrar um quilo, dois quilos de droga, você alega e ele: ‘Olha, tu não anda armado, daqui a pouco tu não é mais agente penitenciário e a gente vai atrás de ti’ (E1). O segundo motivo além do financeiro é a própria vida do agente fora do cárcere. Muitas das vezes, o encarcerado chega com ele assim: ‘Eu sei onde tu mora, a tua família é tal, teu filho estuda em tal lugar’. Então, é como se fosse uma ameaça velada. O cara já não é

concurado, ele tá lá pra ficar uns três anos. Depois de três anos ele vai sair de lá, então não tem aquela proteção em si do Estado que, teoricamente, você tem. Então, muitas vezes, ele cede tanto pela questão financeira quanto essa questão da pressão” (E6).

A *inferioridade numérica* dentro do cárcere, a não garantia de *porte de arma* para proteção pessoal, a *precariedade dos contratos* e a *baixa remuneração* (com todas as suas implicações), portanto, colocaria os agentes do sistema penitenciário em situação de *vulnerabilidade* diante do poderio (econômico e de instrumentalização da violência) das organizações do tráfico de drogas. Esta vulnerabilidade, por sua vez, coagiria muitos agentes à aceitação dos (ou convivência com os) planos de poder territorial dos traficantes: “ele tá praticamente encurralado ali. Garantia de vida dele, a gente não pode dar. Aqui a maioria é corrompida. O cara que é o honesto vai sair daqui, ele vai morrer” (E3).

Esta informação, inclusive, já encontra dado correlato relativo ao estado de Minas Gerais, onde o então Secretário de Estado de Administração Prisional admitiu expressamente a ocorrência de ameaças, por organizações criminosas, contra servidores do sistema penitenciário local, recomendando, inclusive, a tomada medidas de cuidado e proteção pessoal (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

Considerações finais

Ao final do presente estudo confirmou-se que a estratégia de *estabelecimento e manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário*, de fato, é relevante para o sucesso da vinculação dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas, sobretudo, considerando a posição *híbrida* ocupada pelos servidores em relação ao cárcere e mundo externo.

Dessa forma, constatou-se que as organizações criminosas se aproveitam da proximidade destes agentes para corrompê-los, por meio de quantias proporcionalmente superiores às suas remunerações, agregando-os às redes territoriais do tráfico de drogas para diversas práticas (câmbio de informações, inserção de objetos ilícitos nas prisões, etc.), confirmando a literatura preexistente sobre o assunto.

Ainda, verificou-se que, além das funções normalmente apontadas, os agentes se responsabilizariam até mesmo pela guarda de objetos ilícitos, momento em que se confundiriam com os próprios agentes territoriais do tráfico de drogas.

Ademais, para além dos apontamentos literários, identificou-se que as falhas no processo de contratação e a grande vulnerabilidade desta classe funcional constituem fatores determinantes para sua cooptação e, conseqüentemente, para sua integração às redes territoriais do tráfico, num ciclo que, aliado às demais estratégias adotadas pelos agentes territoriais desta atividade ilícita, afigura-se determinante para a integração do cárcere às redes externas do comércio de drogas e ao sucesso dos planos sintagmáticos do crime.

Referências

- ABREU, A. de. *Cocaína - A rota caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- AMORIM, C. *Comando Vermelho: a história do crime organizado*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- AMORIM, C. *CV - PCC: A irmandade do crime*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- ARAÚJO, T. *Almanaque das Drogas*. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2012.
- BARCELLOS, C. *Abusado: o dono do morro Santa Marta*. 26. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1. Ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise de Discurso*. 3. Ed. Campinas: Unicamp, 2012.
- CAPITANI, R. *O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves*. Dissertação de mestrado. Rio Grande Do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.
- CARVALHO FILHO, J. dos S. *Manual de Direito Administrativo*. 26. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- CARVALHO, S. de. *A política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*. V.1, N. 1, p. 186-204. 2014.
- D'ELIA FILHO, O. Z. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de Drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- DIAS, C. N. *PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DIAS, C. N.; SALLA, F. Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC. *International Journal of Criminology and Sociology*, V. 2, N. 2, p. 397-408. 2013.
- DOL. *Mulheres são presas ao tentar entrar com armas e celulares em presídio na Grande Belém*. 2017. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-473546-mulheres-sao-presas-ao-tentar-entrar-com-armas-e-celulares-em-presidio-na-grande-belem.html>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.
- ESTADO DO PARÁ. Ministério Público do Estado do Pará. *Julgamento de Ação Civil Pública Ajuizada pelo MP determina concurso público na SUSIPE*. 2013. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=2966&class=N>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.
- ESTADO DE MINAS. *Secretário confirma ameaças de organização criminosa contra agentes penitenciários de Minas*. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/31/interna_gerais,913112/secretario-confirma-ameacas-contra-agentes-penitenciarios-de-minas.shtml>. Acesso em 01 Dez. 2017.

- FIGUEIRO, R. A. Apontamentos sobre a prisão na pós-modernidade: o caso brasileiro. *Anais do VI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXI*. Buenos Aires: Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, 2014.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HABERMAS, J. *Dialética e Hermenêutica*: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- HAESBAERT, R. *Viver no Limite*: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MINAYO, M. C. de S. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, M. C. de S. *Caminhos do Pensamento*: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- MINAYO, M. C. de S. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos. In: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. *Avaliação por Triangulação de Métodos*: abordagem de programas sociais. 20. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- OLSEN, W. *Coleta de Dados*: Debates e métodos fundamentais em pesquisa social. Porto Alegre: Penso, 2015.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS NETTO, R. M. *Além das Grades*: A Integração dos Presídios às Redes Territoriais Externas. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). Belém: IFCH/UFPA, 2018.
- REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N. Estratégias e Mediatos Utilizados pelo Tráfico de Drogas para Integração dos Presídios às Redes Territoriais Externas: uma Revisão da Literatura. *Opinião Jurídica*. V. 16, N. 23. Pp 11-139. 2018.
- RODRIGUES, T. *Política e Drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.
- SAVIANO, R. *Zero, Zero, Zero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ – SUSIPE. **A SUSIPE em números – dezembro de 2017**. Belém: SUSIPE, 2017.
- STEIN, E. *Dialética e Hermenêutica*: Uma controvérsia sobre o método em filosofia. Síntese. V.1, N. 29, P. 21-48. 1983.
- VARELLA, D. *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VARELLA, D. *Estação Carandirí*. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- VARELLA, D. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- TEIXEIRA, A. *Construir a delinquência, articular a criminalidade*: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo (Tese). São Paulo: USP, 2015.
- YIN, R. *Pesquisa Qualitativa*: Do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

Roberto Magno Reis Netto

Doutorando em Geografia (UFPA). Mestre em Segurança Pública (UFPA). Especialista em Direito Processual Civil (UGF/DF), Docência Superior (UGF/DF) e Atividade de inteligência (ESMAC/PA). Bacharel em Direito (UFPA). Oficial de Justiça Avaliador do TJ/PA, Professor (FAAM/PA e ESMAC/PA) e Pesquisador (Grupo de Pesquisa Métodos de Diagnóstico em Segurança Pública/UFPA, Observatório da Violência: metrópole, criminalidade e vulnerabilidade socioeconômica, Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime - LABGEOVCRIM/UEPA e Érgane – Instituto Científico da Amazônia).

Universidade Federal do Pará, Campus Guamá, Guamá, Belém – PA, CEP 66000-000.

E-mail: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br.

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado (UFPA). Vice-Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estado do Pará. Líder do Observatório da Violência: metrópole, criminalidade e vulnerabilidade socioeconômica e do Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime - LABGEOVCRIM/UEPA

Universidade do Estado do Pará, rua do Una, 156 – Telégrafo, Belém – PA, CEP 66050-540.

E-mail: claychagas@uepa.br.

Leidiane Souza Almeida

Graduada em Ciências Biológicas (UNIFAP), Ciências da Defesa Social e Cidadania (IESP/PA) e Direito (Universidade Cidade de São Paulo). Especialista em Conhecimentos Jurídicos em Segurança Pública (Centro de Ensino Superior do Amapá), Defesa Social e Cidadania (Centro Universitário de Lins) e Ciências Jurídicas (Universidade Cruzeiro do Sul). Mestra em Segurança Pública (UFPA). Oficial da Polícia Militar do Estado do Amapá.

Universidade Federal do Pará, Campus Guamá, Guamá, Belém – PA, CEP 66000-000.

E-mail: leidiane24@gmail.com.

Recebido para publicação em março de 2019
Aprovado para publicação em junho de 2019